



REFORMAS

PREVIDÊNCIA - POLÍTICA - TRIBUTÁRIA



AINDA NESTA EDIÇÃO:



VOTORANTIM E ARCELORMITALL VÃO UNIR NEGÓCIOS DE AÇOS LONGOS
AVANÇOS DA NR-12 SÃO APRESENTADOS PARA EMPRESÁRIOS DO APL
COMO FUNCIONAM AS AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

VOTORANTIM E ARCELORMITALL VÃO UNIR NEGÓCIOS DE AÇOS LONGOS NO BRASIL

A ArcelorMittal Brasil e a Votorantim anunciaram que fecharam um acordo para unir as operações de aços longos no país. Segundo as empresas, a combinação dos negócios resultará em um produtor de aços longos com capacidade anual de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto e de 5,4 milhões de toneladas de laminados.

Pelo acordo, a Votorantim Siderurgia passará a ser uma subsidiária da ArcelorMittal Brasil e a Votorantim passará a deter uma participação minoritária no capital da ArcelorMittal Brasil.

O acordo de fusão depende de aprovações regulatórias no Brasil, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O acordo inclui as plantas da ArcelorMittal Brasil em Monlevade, Cariacica, Juiz de Fora, Piracicaba e Itaúna, e as plantas da

Votorantim Siderurgia em Barra Mansa, Resende e a participação acionária na Sitrel, em Três Lagoas. A transação deverá gerar sinergias de custos, logísticas e operacionais.

“As unidades de produção das empresas combinadas são geograficamente complementares, permitindo maior proximidade e elevação dos níveis de serviços à sua base de clientes”, informaram as empresas.

As operações de aços longos da Votorantim na Argentina (Acerbrag) e na Colômbia (PazdelRío) não foram incluídas na transação.

Até a conclusão da operação, a ArcelorMittal Brasil e Votorantim Siderurgia permanecerão operando de forma separada e independente.

>> Sobre as empresas <<

A ArcelorMittal é líder de aço e de mineração do mundo, com presença em 60 países e unidades industriais em 19 países. Em 2016, a empresa teve uma receita de US\$ 56,8 bilhões e produção de aço bruto de 90,8 milhões de toneladas, enquanto a produção própria de minério de ferro atingiu 55,2 milhões de toneladas.

A Votorantim é uma companhia 100% brasileira que atua em diversos setores: cimento, polimetálicos, alumínio, aços longos, energia, celulose, suco de laranja e banco. Em 2015, a receita líquida consolidada da Votorantim S.A. totalizou R\$ 31,5 bilhões.

FONTE: EBC BRASIL

A sua assistência técnica especializada

Na Irmãos Martini, você conta com suporte exclusivo para manutenção, serviços e reparo de alternadores e de motores de partida*.

Para cada desafio, uma solução.

* Motores para empilhadeiras à combustão, ônibus e caminhões.




Irmãos Martini
locação de empilhadeiras, serviços e peças

IRMÃOS MARTINI
Locação de empilhadeiras, serviços e peças
Avenida Domingos Mariano, 598
Centro - Barra Mansa/RJ
Tel: (24) 3323-2885 | www.irmaosmartini.com.br

No dia 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o governo federal não pode incluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A decisão da Suprema Corte terá repercussão geral no Judiciário, ou seja, a partir de agora, as instâncias inferiores da Justiça também terão de seguir essa orientação, bem como as instâncias administrativas, como a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em junho de 2012, o Metalsul ingressou com ação na Justiça para que as empresas associadas tivessem o ICMS excluído da base cálculo do Pis/Confis. O processo estava paralisado, aguardando a decisão do STF. Portanto, depois deste julgamento, os associados ao Metalsul serão beneficiados com a ação.

O governo federal já informou que ingressará com recurso (no jargão jurídico, vai entrar com embargos de declaração, após a publicação do acórdão). A Fazenda Nacional pedirá que a decisão do STF tenha efeitos a partir de 2018.

No entanto, o julgamento desse recurso não interfere na decisão de mérito da Suprema Corte já favorável aos contribuintes.

O Metalsul está acompanhando o andamento do processo e, assim que houver definição sobre os efeitos da decisão de mérito, comunicará seus associados.

ADRIANA SILVA
PRESIDENTE DO METALSUL



**Sindicato das indústrias
Metalúrgicas, Mecânicas,
Automotivas, de
Informática e de Material
Eletrônico do Médio
Paraíba e do
Sul Fluminense**

DIRETORIA EXECUTIVA

Adriana Silva
(Hidralpress)
Presidente

Jairo Rodrigues
(TASK Power)
Vice-Presidente

Maria Inês
(RHOGS)
Diretor de Comunicação

Marcelo Mendes
(KSA Tecnologia)
Diretor Financeiro

SECRETARIA EXECUTIVA

Amanda Amaral
Secretária Administrativa
Financeira

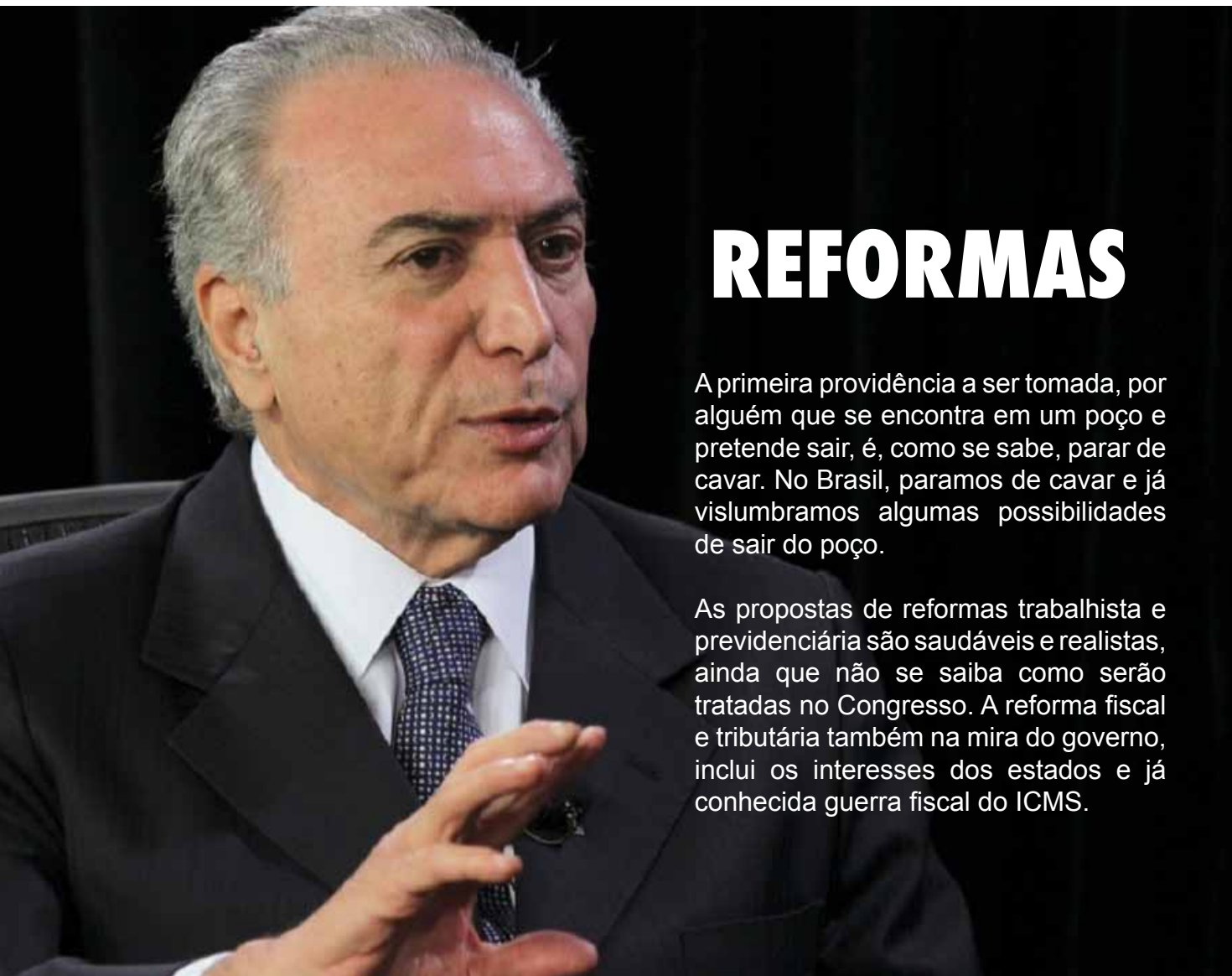
Corina Lucia
Assistente de Diretoria

SEDE

Rua 156, nº 220 - Bairro Laranjal
Volta Redonda CEP 27.255-080
(24) 3347-3539 / 3347-4897
metalsul@metalsul.org.br
www.metalsul.org.br

A REVISTA

Multi Editora e Design
Gráfica Drumond
contato@multiadm.com.br



REFORMAS

A primeira providência a ser tomada, por alguém que se encontra em um poço e pretende sair, é, como se sabe, parar de cavar. No Brasil, paramos de cavar e já vislumbramos algumas possibilidades de sair do poço.

As propostas de reformas trabalhista e previdenciária são saudáveis e realistas, ainda que não se saiba como serão tratadas no Congresso. A reforma fiscal e tributária também na mira do governo, inclui os interesses dos estados e já conhecida guerra fiscal do ICMS.

TRANSFORME O SEU NEGÓCIO
COM O SOFTWARE DE GESTÃO
DA TOTVS **HOJE.**



Unidade Sul Fluminense:
(24) 3348 0700 www.totvs.com



Receba na hora o dinheiro
das vendas feitas a prazo.

ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS

sicoob.com.br





PREVIDÊNCIA

A Previdência registra rombo crescente: gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017. Em 2016, o déficit do INSS chega aos R\$ 149,2 bilhões (2,3% do PIB) e em 2017, está estimado em R\$ 181,2 bilhões. Os brasileiros estão vivendo mais, a população tende a ter mais idosos, e os jovens, que sustentam o regime, diminuirão.

A proposta do governo fixa idade mínima de 65 para requerer aposentadoria e eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos.

Todos os trabalhadores ativos. Homens a partir de 50 anos e mulheres com 45 anos ou mais serão enquadrados em normas mais suaves, mas com tempo adicional para requerer o benefício. Aposentados e aqueles que completarem os requisitos para pedir o benefício até a aprovação da reforma não serão afetados.

IDADE

Ao elevar a idade mínima do regime próprio da União, de 60 anos (homem) e de 55 (mulheres) para 65 anos para todos, o governo federal, automaticamente, aumenta as idades dos servidores de estados e municípios, do Judiciário e Legislativo.

TRANSIÇÃO

Haverá uma regra de transição para não prejudicar quem está perto da aposentadoria. Por ela, quem estiver com 50 anos ou mais (homens) e 45 anos ou mais (mulheres) poderá se aposentar pelas regras atuais, pagando pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria (se for um ano, por exemplo, terá de trabalhar um ano e meio).

FÓRMULA DE CÁLCULO

O governo pretende mexer no cálculo e pressionar o trabalhador a contribuir

mais tempo para melhorar o valor a receber. O benefício será calculado com base em 51% de 80% das melhores contribuições mais um ponto percentual a cada ano pago. Para se aposentar com 100% do benefício, será preciso contribuir 49 anos.

APOSENTADORIA INTEGRAL

A PEC obriga os estados a criarem fundos de previdência complementar para novos servidores, a exemplo do que fez a União. Com isso, os funcionários terão o benefício limitado ao teto do INSS, podendo receber um complemento se quiserem aderir ao fundo. Já criaram seus fundos Rio, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

HOMENS E MULHERES

Hoje, as mulheres podem se aposentar antes dos homens, com cinco anos a menos. O governo pretende unificar em 65 anos a idade mínima para os dois sexos. A nova regra afeta mulheres com até 45 anos. Acima desta idade, valerá a regra de transição. Assim, a igualdade ocorrerá gradualmente, ao longo de 20 anos.

SERVIDORES

A regra atual assegura o mesmo reajuste salarial para todos e na mesma data. A novidade afetaria todos que ingressaram no serviço público antes de 2003 e ainda não se aposentaram. Esses trabalhadores passariam a ter direito só à reposição da inflação no momento de reajustar o benefício. O mecanismo já vigora para quem entrou depois de 2003.

ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO

O governo pretende elevar de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos funcionários

públicos federais — que funciona como piso para os regimes próprios estaduais, a pedido dos governadores.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Já existe idade mínima no setor público, que é de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), mais tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher). A idade mínima também vai subir para 65 anos. O novo regime, porém, não será tão árduo.

PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte, que é integral, deve ser reduzida para 50%, mais 10% por dependente, para todos os segurados (INSS e serviço público). A pensão deverá ser desvinculada do reajuste do salário mínimo, que permite ganhos reais. E pensões não poderão mais ser acumuladas.

Por fim, vários pontos devem sofrer alterações e proposições na câmara e senado.

FONTE: O GLOBO





POLÍTICA

Após uma reunião no Palácio do Planalto, os presidentes da República, Michel Temer, do Senado, Eunício Oliveira, da Câmara, Rodrigo Maia e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, divulgaram uma nota afirmando que todos eles concordam com a urgência de uma reforma política.

De acordo com os presidentes, quatro pontos devem ser os objetivos dos esforços conjuntos entre os poderes da República e a sociedade civil em relação à reforma política: buscar a racionalização do sistema político; redução dos custos das campanhas políticas; fortalecimento institucional das legendas; e maior transparência e simplificação das regras eleitorais.

Em declaração à imprensa, o presidente do TSE, Gilmar Mendes, disse que há algum tempo existe na Justiça Eleitoral a preocupação com o “mau desenvolvimento do sistema político-eleitoral” e tem se discutido a necessidade de mudanças urgentes.

Mendes relatou também que se reuniu recentemente com o conselho de notáveis do TSE e recebeu a recomendação de que essa preocupação fosse levada aos chefes dos poderes “para colocar a necessidade de que fizéssemos um esforço no sentido de uma reforma do sistema eleitoral que envolvesse necessariamente o financiamento de campanhas”.

O presidente do TSE disse que há muito debate sobre financiamento de campanha e ele tem apontado que essa discussão não pode ser feita dissociada da reforma político-eleitoral, especialmente do sistema eleitoral.

“Não adianta nada falar de criar um sistema público, por exemplo, de financiamento, com o sistema que hoje temos de lista aberta e essa é, talvez, uma das questões mais graves que temos que permitiu essa proliferação enorme de partidos, dificuldades de financiamento e todas as distorções do modelo”, disse.

O texto – assinado por Temer, Maia, Eunício e Mendes – registra ainda que os debates sobre a reforma do sistema político-eleitoral nasceram por sugestão do presidente do TSE e “cabe ao Congresso Nacional, democrática e livremente, examinar a oportunidade dessa discussão”. E completa “Esse debate não busca apagar o passado, mas olhar com resolução para o futuro, construindo o sistema mais adequado aos tempos atuais”.

FONTE : AGÊNCIA BRASIL





ABASTEÇA SUA FROTA COM QUALIDADE PLANOS ESPECIAIS PARA EMPRESAS!



Desde 1946

BARRA MANSA - VOLTA REDONDA - RESENDE - BARRA DO PIRAÍ
Rua São Sebastião, nº 105 - Edifício Garagem - 2º andar
Centro - Barra Mansa - RJ
www.postosredebrasil.com.br

(24) 3323 4439



TRIBUTÁRIA

Vista como prioridade, a reforma tributária é um dos assuntos mais debatidos no Congresso, mas também o que tem menos consenso entre os parlamentares.

Ao eliminarmos tributos incidentes sobre a base de consumo e criar um imposto de valor adicionado, as 27 unidades da Federação passarão a compor um único sistema de tributação, arrecadação e fiscalização, segundo Luiz Carlos Hauly - Relator da Comissão na câmara dos deputados.

Veja alguns pontos propostos pelo governo no projeto a ser enviado ao congresso nacional, sendo que tem-se toda uma situação de conflitos de interesses tributários entre os estados.

PIS

Como é a cobrança hoje: A alíquota é de 1,65%, mas ao longo da última década, cerca de 30 setores da economia usaram sua pressão política para conseguir alíquotas mais baixas

O que o governo quer fazer: Medida provisória reduziria as alíquotas a, no máximo, duas. As regras para compensação do tributo pago na compra de insumos serão simplificadas e aplicadas a todos os contribuintes

CONFINs

Como é a cobrança hoje: A alíquota é de 7,6% para as empresas que recolhem a contribuição pelo lucro real e de 3% para quem paga imposto no regime de lucro presumido.

O que o governo quer fazer: Também por medida provisória, seria estabelecida uma só alíquota e passaria a valer um novo regime de créditos gerados nas compras de insumos

ICMS

Como é a cobrança hoje: Os Estados cobram alíquotas, de 17% a 25%, sobre o consumo em suas fronteiras e de 7% a 12% entre Estados. Vários abrem mão de parte do ICMS para atrair indústrias

O que o governo quer fazer: A meta é pôr fim à guerra fiscal. O plano é reduzir no Senado para 4% a alíquota interestadual. As alíquotas dentro dos Estados seriam unificadas via negociação ou projeto de lei.

FONTE: G1

Guerra fiscal, uma enfermidade do ICMS

Ao explorar o tema da guerra fiscal, é indispensável responder a uma indagação preliminar: incentivos fiscais do ICMS devem existir?

Independentemente dos argumentos favoráveis ou contrários, observo que se trata de uma falsa questão. A Constituição (art. 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra g) abona expressamente a concessão de incentivos fiscais do ICMS, ao prever sua regulação.

O incentivo fiscal do ICMS só tem sentido se a alíquota interestadual for expressiva. Se assim não for, não há incentivo. Em outras palavras, a pretensão de reduzir as alíquotas interestaduais é uma forma dissimulada de opor-se ao incentivo fiscal.

Competição fiscal é tão antiga quanto os impostos. Guerra fiscal é a competição fiscal contrária à lei e não a que é por ela disciplinada, como os benefícios da Zona Franca de Manaus.

Um detalhe faz toda diferença.

- R\$1000,00
+ R\$1000,00



Transformando resultados negativos em positivos.

(24) 3339-8627 | verdesmarescontabilidade.com.br | [verdesmarescontabilidade](https://www.facebook.com/verdesmarescontabilidade)



(24) 3347 2171
(24) 3346 1270
ID 88*5207


COMÉRCIO DE TUBOS, CONEXÕES E VÁLVULAS LTDA.

AÇO CARBONO, AÇO INOX, COBRE, BRONZE E LATÃO
PVC, CPVC, PP e PEAD



Montagem de rede de fluídos industrial e medicinal - Autorizada:





METALSUL
PRESENTE

Os diretores do Metalsul, Marcelo Mendes e Péricles Aguiar, participam neste momento da reunião do Fórum das Entidades Empresariais de Volta Redonda com o prefeito Samuca. Na pauta, o programa de parcelamento de dívidas do governo municipal.



SIGA SEMPRE SEGURO





Seguros de automóvel, residencial, empresarial, vida, previdência privada, planos de saúde, consórcios e financiamentos.

Rua 02, 133 - Eucaliptal - Conforto - Volta Redonda - RJ
Telefones: (24) 3348.5030 / 7835.2112 ID 102258*2

(24) 9.8114.1347

levy@camposcaldeira.com.br
www.camposcaldeira.com.br
Curta Campos Caldeira Seguros

Av. 17 de julho, 352 , Aterrado – Volta Redonda/RJ
Telefones: (24) 3346 3809 / (24) 98119 1547
E-mail: contato@adambiental.com.br
www.adambiental.com.br

Avanços da NR-12 são apresentados a empresários do APL Metalmecânico

As novidades e avanços na aplicação da Norma Regulamentadora 12 (NR 12) - que trata da segurança em máquinas e equipamentos da indústria – foram apresentadas aos empresários de Petrópolis nesta terça-feira, 14, durante encontro que reuniu 25 pessoas na Representação Regional da FIRJAN na Região Serrana. Volta Redonda e Três Rios também receberão a palestra sobre o tema, em 16 e 21 deste mês, respectivamente.

O gerente de Saúde e Segurança do Trabalho do Sistema FIRJAN, José Luiz de Barros, elucidou questões que atendem às necessidades das empresas em relação aos critérios de fiscalização da norma.

A Instrução Normativa nº 129/17, publicada pelo Ministério Trabalho e Emprego (MTE), beneficia as indústrias em relação a novos prazos. A partir de agora, o empresário terá 12 meses para adequar irregularidades e não mais 60 dias, como era estabelecido anteriormente. Outra boa notícia é sobre a autuação das empresas, que só poderá ser feita após duas fiscalizações de orientação.

“O empresário ganhou mais tempo para se planejar. Ele não deixará de zelar pela segurança do trabalhador, mas terá maior prazo para as adequações e mudanças exigidas pela norma”, explicou a presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Região Serrana, Waltraud Keuper, que também preside o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Petrópolis (SINDMMEP).

Outras vitórias relevantes que tiveram a participação do Sistema FIRJAN nas negociações foram a exclusão de atendimento as exigências da NR-12 para as máquinas fabricadas na Europa e com destino à exportação. Ferramentas portáteis e semi-estacionárias e equipamentos certificados com o selo do Inmetro também ficam dispensados da adequação à norma. Esta ação beneficiou diretamente as micro e pequenas empresas do setor de panificação.

Em breve o setor metalmecânico também poderá comemorar vitórias. As negociações com o MTE pedem a simplificação das exigências para os dispositivos hidráulicos, pneumáticos e dobradeiras; e a adoção de soluções tecnológicas alternativas, quando não for possível atender ao que dispõem a NR-12, desde que observe o mesmo padrão de segurança e seja feito por profissional legalmente habilitado.

FONTE: FIRJAN





Nos dias 14 e 15 de junho, Volta Redonda sediará um Fórum Técnico, reunindo os profissionais de Engenharia e Arquitetura, com Exposição de Empresas e Rodadas de Negócios.

O evento conta com a participação de parceiros importantes que estarão ministrando palestras técnicas para seus associados e convidados, gerando assim um público extremamente qualificado e segmentado.

Se sua empresa participa ativamente dos setores de engenharia, arquitetura ou decoração, participe e esteja em contato direto com seu público alvo.

- > ENGENHARIA
- > INCORPORAÇÃO
- > ARQUITETURA
- > DECORAÇÃO

A participação no evento pode ser efetivada pelo email:
contato@multiadm.com.br

Confira mais em :

www.facebook.com/expoconstroiedecora
www.constroiedecora.com.br

M2 ENGENHARIA LTDA. ISO SISTEMA
MANUTENÇÃO, MONTAGEM INDUSTRIAL E OBRAS CIVIS INDUSTRIAIS 9001 DE GESTÃO
2008 CERTIFICADO

Serviços de Engenharia com
qualidade certificada e
tecnologia



Elétrica • Mecânica • Civil



Estrada Governador Chagas Freitas, 1831 – Colônia
Santo Antônio Barra Mansa – R.J. Cep: 27.351-720
Telefones : (024) 3323-7178 / (024) 3323-4295 / (024) 3323-4167
Site: www.m2engenharia.com.br
E-mail: m2engenharia@m2engenharia.com.br

ATIVIDADES

- > RODADAS DE NEGÓCIOS
- > EXPOSIÇÃO DE EMPRESAS
- > PALESTRAS TÉCNICAS
- > AGENDA POSITIVA DA ENGENHARIA
- > PRÊMIO AEVR DE ARQUITETURA
- > MOSTRA CULTURAL

Empresas e startups terão R\$ 53,6 milhões do SENAI, do Sebrae e do Sesi para investir em inovação

Projetos inovadores terão incentivo de mais de R\$ 53,6 milhões neste ano para serem desenvolvidos e chegarem ao mercado. A partir do dia 20, o novo Edital de Inovação para a Indústria, antes conhecido como Edital SENAI Sesi de Inovação, começa a receber inscrições de empresas de todos os portes e startups interessadas em financiar ideias de produtos e processos inovadores. O lançamento da iniciativa foi feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e pelo presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, na sexta-feira (17), durante reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), grupo coordenado pela CNI, que reúne executivos das 200 maiores empresas brasileiras.

Criado em 2004, o Edital SENAI Sesi de Inovação mudou de nome este ano com a parceria do Sebrae, o que vai permitir atender uma fatia ainda maior das demandas da indústria por ideias inovadoras. Duas novas categorias foram criadas: Inovação Tecnológica para Micro e Pequenas Empresas Industriais, MEI e Startups e Empreendedorismo Industrial. O objetivo é incentivar a conexão entre grandes empresas e startups de base tecnológica e o investimento em inovação nos micro e pequenos negócios.

Destinado a promover a cultura de inovação e aumentar a produtividade das indústrias, o Edital conta com investimento de R\$ 30 milhões do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI), R\$ 20 milhões do Sebrae e R\$ 3,6 milhões do Serviço Social da Indústria (SESI). Neste ano, a meta é financiar 285 projetos com custo individual de R\$ 75 mil a R\$ 400 mil.

A expectativa é beneficiar, já em 2017, projetos de inovação oriundos de 150 a 200 pequenos negócios. Segundo o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a iniciativa tem o objetivo de estimular as pequenas indústrias e micro e pequenas empresas de base tecnológica a apresentarem projetos inovadores com aplicação na indústria. “A inovação é fundamental para o desenvolvimento dos pequenos negócios, que hoje representam um universo de 98% das empresas brasileiras. A entrada do Sebrae neste Edital vai permitir a integração das MPE à lógica das grandes empresas, gerando

oportunidades e novos negócios. As categorias do edital inovação tecnológica e empreendedorismo digital irão conectar jovens empreendedores a empresas já estabelecidas”, afirma Afif.

POTENCIAL INOVADOR – Os projetos serão selecionados em três ciclos com base em critérios como potencial de inovação e de comercialização do produto ou do processo. Toda e qualquer empresa do setor industrial e startups de base tecnológica podem inscrever propostas no site www.editaldeinovacao.com.br

FONTE : CNI



PÓS GRADUAÇÃO
UBM

MBA em GESTÃO DA ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

Início da nova turma na 2ª quinzena de abril no Campus Cicuta
Realização: 3ª e 5ª feira - 18h30 às 22h - Semanal
20% de desconto para ex-alunos
Financiamento em até 100% pelo Banco Santander

ubm.br
Tel: (24) 3325-0247

Como funcionam as agências de classificação de risco?

As agências internacionais de classificação de risco fomentam um mercado de compra e venda de trilhões de dólares em todo o mundo. Elas acompanham as atividades financeiras de empresas e nações e atribuem notas de classificação de risco para ações, títulos de dívidas, títulos de tesouros nacionais, entre outros papéis comercializados em bolsas de valores ao redor do globo.

Elas têm muita importância para grandes investidores – como fundos de investimentos e fundos de pensão – que possuem em seus estatutos condições determinadas para aplicações dos recursos que gerenciam. Dentro dessas regras estatutárias, há a condição de que só é permitido que esses fundos invistam em empresas e títulos de governo que sejam classificados, no mínimo, como grau de investimento.

Para atribuir as notas, as agências de classificação de risco acompanham indicadores (de endividamento, de caixa operacional, da relação dívida versus patrimônio líquido) periodicamente e assim, com dados objetivos, classificam o emissor (quem vende o papel, que pode ser uma empresa ou um país, como o Brasil). As mais famosas são: Moody's, Standard and Poor's (S&P) e Fitch.

No entanto, desde a crise de subprimes dos Estados Unidos, essas instituições têm sido questionadas. Quando estourou a crise, em 2008, e contaminou toda a economia mundial, o banco Lehman Brothers tinha grau de investimento das três agências, não sendo considerada por elas um risco para o investidor. O banco quebrou, afundado por incontáveis títulos podres do mercado imobiliário que comercializava sem lastro para pagamento.

Isso colocou em questão a credibilidade e a capacidade das agências de prever infortúnios nos negócios, já que elas avaliavam regularmente o banco e conferiam o grau de investimento, o selo de bom pagador. Outro exemplo: até fevereiro de 2015, a Petrobras tinha nota de classificação boa em todos os rankings. Em fevereiro, a Moody's foi a primeira das três grandes agências a rebaixar a nota de crédito da estatal para grau especulativo. As outras duas apenas reduziram as notas dentro do nível de grau de investimento.

Segundo a Fitch, os termos “grau de investimento” e “grau especulativo” foram estabelecidos ao longo do tempo como abreviações para descrever as categorias na escala internacional de Longo Prazo de ‘AAA’ a ‘BBB’ e de ‘BB’ a ‘D’, respectivamente.

FONTE: G1

Conheça os ratings da Standard and Poor's e Fitch

>>> Standard and Poor's (S&P)

As notas de risco da S&P vão de AAA (triple A, no jargão econômico) até D (grau especulativo). Dentro de cada nota há ainda uma classificação positiva, negativa e neutra para cada qualificação. A classificação positiva indica que na próxima avaliação a tendência é de alta da nota, assim como o negativo indica queda e neutro, estabilidade.

São grau de investimento na S&P: AAA, AA, A e BBB. A partir de BB, a agência classifica o emissor do título como grau especulativo, ou seja, não garante a solvência de títulos.

>>> Fitch

De AAA até AA- : grau elevado

A+ até BBB- : grau médio

BB+ até BB- : grau especulativo

B+, B e B- : altamente especulativo

CCC até D - : Risco substancial até moratória